

A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do *habitus* vilaboense*

Clovis Carvalho Britto**

Resumo. Este trabalho problematiza os limites e as possibilidades da categoria patrimônio privilegiando a análise das interconexões entre natureza e cultura. Utiliza como itinerário a relação entre os agentes e os rios, demonstra como essa aproximação constitui uma figura epistemológica, importante entre-lugar que aciona identidades e memórias. Nessa perspectiva, destaca como o rio Vermelho contribui para a configuração de um conjunto de expressões (mosaico polifônico e sinestésico) significativas para o patrimônio natural e cultural, tangível e intangível, da cidade de Goiás.

Palavras-chave: Patrimônio; Rio Vermelho; Expressões culturais.

The third margin of heritage: The river Vermelho and the configuration of the *habitus* in Vila Boa

Abstract. Current essay problematizes the limits and possibilities of heritage with special emphasis on the analysis of interconnections between Nature and Culture. The relationship between agents and rivers is employed and shows how such an approximation forms an epistemological figure, an important in-between that triggers identities and memories. The river Vermelho is shown to form a set of expressions (a polyphonic and synesthetic mosaic) which are meaningful for natural, cultural, tangible and intangible heritage of ex-Vila Boa, modern Goiás GO Brazil.

Keywords: Heritage; River Vermelho; Cultural expressions.

El tercer margen del patrimonio: el río *Vermelho* y la configuración del *habitus* vilaboense

Resumen. Este trabajo problematiza los límites y las posibilidades de la categoría patrimonio, privilegiando el análisis de las interconexiones entre naturaleza y cultura. Utiliza como itinerario la relación entre los agentes y los

* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Docente do Núcleo de Museologia e do Mestrado em História da UFS, Laranjeiras/SE, Brasil. E-mail: clovisbritto5@hotmail.com

ríos, demostrando cómo esa aproximación constituye una figura epistemológica, importante entre-lugar que acciona identidades y memorias. A partir de esta perspectiva, se destaca cómo el Río *Vermelho* contribuye a la configuración de un conjunto de expresiones (mosaico polifónico y sinestésico) significativas para el patrimonio natural y cultural, tangible e intangible, de la ciudad de Goiás.

Palabras Clave: Patrimonio; Río *Vermelho*; Expresiones Culturales.

Introdução

Nas últimas décadas, as reflexões sobre natureza e cultura vêm assumindo centralidade nas discussões acadêmicas, econômicas e políticas, ora como fonte significativa de preservação e promoção identitária, eleição de bens coletivos, mecanismo de desenvolvimento sustentável e transformação social, ora como experiência danosa que silencia a memória de determinados grupos sociais, contribuindo para o excludente processo de *gentrification* e perda dos laços sociais. Uma possível explicação para esse protagonismo se pauta na importância que a temática da memória e que a categoria do monumental com suas codificações espaciais e temporais conquistou no universo social, em especial para a noção de monumento como memorial ou evento comemorativo público sublinhada nas reflexões de Andreas Huyssen (2000). É verdade que a crescente “obsessão com a memória” deflagrada nos últimos anos contribuiu para redefinir e problematizar os patrimônios culturais, inclusive enquanto categoria analítica. Na concepção de José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), eles se tornaram uma categoria inflacionária em virtude de sua ilimitada expansão semântica representada pela noção de patrimônios intangíveis. Inflacionamento em que há um risco de trivializar seu potencial descritivo e analítico, além da diminuição de sua força como instrumento de luta pelo reconhecimento de indivíduos e comunidades.

Observamos nas ciências sociais um triplice processo de reconceitualização, conforme descrito por Nestor Garcia Canclini (1994). Inicialmente, dispõe que o patrimônio não inclui apenas a herança “morta” de cada povo (sítios arqueológicos, objetos em desuso, herança colonial), mas os bens culturais visíveis e invisíveis, os conhecimentos, documentos e comunicação do que se apropria por meio das indústrias culturais. Uma segunda vertente amplia a política de conservação e gestão dos bens, relacionando-os com as necessidades contemporâneas das maiorias. Por fim, destaca que em oposição a uma seletividade que privilegiava bens produzidos pelas classes hegemônicas, há uma evolução das práticas abrangendo produtos da cultura popular, indígena, de camponeses e operários, de grupos minoritários que também colaboraram para a construção identitária, ampliando os sistemas materiais e simbólicos. Segundo suas análises, o patrimônio seria tanto um mecanismo de unificação social a partir das identidades e das representações de nação, quanto um espaço de luta material e simbólica entre classes, grupos e etnias, pelas desigualdades em sua formação e apropriação. Assim, as políticas culturais não deveriam promover apenas os objetos “autênticos” de uma sociedade, mas os culturalmente representativos. Nesse sentido, os processos interessariam mais que os objetos, pois representam modos de concepção e vivência de certos grupos.

A “onda universalizante da Unesco” torna-se cada vez mais um valor para inúmeras cidades, na compreensão de que o desenvolvimento pode ser buscado pela cultura e pelo patrimônio. Se antes o patrimônio assumia no imaginário coletivo a ideia de obstáculo ao desenvolvimento, agora se torna fundamento deste. Todavia, compete observarmos que o conflito é valor constitutivo das políticas de preservação e promoção dos patrimônios culturais (TAMASO, 2005). Se a cultura contemporânea tem em si o conflito como prática constitutiva, surge a premente necessidade da instituição de medidas que

contribuam para uma gestão adequada do setor cultural, público e privado, que abarquem essa nova dimensão. Multiculturalismo, alteridade/identidade, indústrias criativas, globalização, cidadania cultural, desenvolvimento local, economia da cultura e cultura da economia, turismo, leis de incentivo, políticas culturais, comunicação, marketing cultural e gestão estratégica da cultura são temáticas cada vez mais presentes no cotidiano dos agentes do setor cultural. Nos interstícios e fronteiras do patrimônio, a categoria “mercado” vem acionando uma série de processos, tornando-se, inclusive, parte de sua natureza (GONÇALVES, 2007).

Se as relações entre patrimônio e mercado são tensas em alguns momentos, as separações metodológicas entre erudito e popular, local e universal, tangível e intangível não são menos conflitivas. Isso porque quando falamos em patrimônio, direta ou indiretamente, nos referimos ao passado, a herdeiros e heranças. Não é por acaso que o termo, em inglês, *heritage*, se reveste explicitamente desse significado. Dessa forma, há que considerar sua dimensão memorial composta de seleções, descartes, rasuras que constroem determinadas imagens, manipulam outras, na seleção de acontecimentos que, muitas vezes, visam ordenar uma narrativa. Daí a importância de atentarmos para o fato de que qualquer documento é, ao mesmo tempo, “verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir essa montagem, desestruturar esta construção” (LE GOFF, 1984, p. 103). Podemos considerar o patrimônio como um texto que suportou, ao longo do tempo, seleções, inclusões, exclusões, baseadas em diretrizes e interesses, constituindo, de certo modo, estratégias (auto) biográficas que explicitam a intencionalidade de quem o produziu.

Apropriando dessas considerações, *a priori*, fazemos coro com as lições de Luciana Heymann (2009) que reconhecem a importância de um esforço para “desnaturalizar” os patrimônios e seus enquadramentos, recuperando as narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos. Esboçando uma perspectiva sociológica, compreende o “patrimônio” como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder, construto político que ao mesmo tempo produz e controla a informação, orienta lembranças e esquecimentos, e configura, assim, o poder de dominação, subversão e construção de identidades.

Desnaturalizar a categoria consiste em colocar determinadas orientações institucionais e metodológicas em xeque, a exemplo das distinções entre bens materiais e bens imateriais que, por sua vez, reorientam a concepção de herança cultural: “as propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira água, ao contrário da segunda, tem um poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. (...) A comida é material, mas a culinária é imaterial. Como separar ambas?” (OLIVEN, 2003, p. 79). Questões importantes para reconhecermos a importância das ideias e imagens, e não apenas das coisas, e a valorização das formas de produção simbólica e cognitiva em uma abordagem mais dilatada da categoria patrimônio cultural, de seus objetos e lugares:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui a “alma das coisas”, referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar considerando as tensões próprias do esquecimento. Daí que as imagens dos objetos também “circulam” nos meandros das memórias dos sujeitos, carregando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39).

Para tanto, torna-se importante reconhecermos as lições de Sandra Pelegrini (2006) ao destacar a complexidade adquirida no campo do patrimônio natural quando este se articula com a noção de paisagem, *intermezzo* entre as relações do homem com o meio, e quando as experiências produzem “paisagens culturais”. Destaca, assim, que as especificidades relacionais entre culturas e meio ambiente definem os traços da própria paisagem, ou, em outras palavras, a “alma do lugar”:

Na medida em que os bens culturais parecem entendidos como resultado da transformação da natureza, se reconhece que as constantes alterações do meio decorrem das novas necessidades que surgem ao longo da existência humana. Interpretada dessa maneira, a referida definição do patrimônio ambiental inclui não somente os "recursos naturais" ou "a natureza não apropriada pelo trabalho", mas também os subsídios da construção cultural, quais sejam, os ambientes urbanos percebidos como lócus da materialização das relações sociais (PELEGRINI, 2006, p. 120-121).

Se as problematizações contribuem para a compreensão e a elevação da categoria “patrimônio” para além dos binarismos conceituais e dos antagonismos entre natureza e cultura, a discussão enriquece quando observamos os imbricamentos entre as dimensões do (in) tangível a partir da confluência entre o patrimônio natural e o patrimônio cultural. Natureza precedendo a cultura e cultura supondo natureza em uma operação em que a própria cultura é concebida como natureza transformada, humanizada. Nosso intuito é observar que o patrimônio consiste em um processo de formação identitária, de instituição de sociabilidades e de promoção de laços de afeto a partir de/entre os bens, possibilitando tecer redes de afinidades para além das margens metodológicas e institucionais a que historicamente foram destinados. Caso exemplar, nesse sentido, consiste na relação entre os agentes e os rios, monumentos naturais e paisagens de pertencimento e, não sem motivos, elegemos como eixo analítico a metáfora rosiana da terceira margem.

Um rio são muitos: patrimônios na terceira margem

O título deste subitem foi inspirado no título da tese em antropologia de Roberto Lima (2002) sobre o rio São Francisco, compreendendo-o a partir dos que nele se espelham, como uma fonte de identidades. Demonstra, nesse aspecto, que o rio para os barranqueiros e comunidades ribeirinhas torna-se condição de existência material, moral e sentimental. Um rio é muito, assim como o fluxo de histórias e experiências a ele/nele relacionadas tende-se ao infinito. É notória a quantidade de olhares sobre o Velho Chico, todavia, podemos estender esse pensamento a outros rios brasileiros, em diversas temporalidades e espacialidades, cujas memórias encaminham diferentes formas de interação da nascente à foz. Os rios se tornam singulares na medida em que os agentes estabelecem diferentes formas de experienciá-lo e essa experiência no/com o rio impacta consideravelmente seus modos de vida, práticas, éticas e lógicas.

Do mesmo modo, o subtítulo deste subitem foi inspirado no conto “A terceira margem do rio”, de João Guimarães Rosa (1994). Aqui, a metáfora das margens se amplia para além da horizontalidade da imagem e da unidirecionalidade do rio. Ao tecermos essa aproximação, nosso intuito é apropriarmos da metáfora rosiana encarnada no título do conto e de alguns aspectos do enredo por acreditarmos sintetizarem momentos significativos dos trajetos em torno da aproximação entre rios, agentes e patrimônios.

Quanto ao título, observamos que o patrimônio ambiental e cultural se abre para a terceira margem, fatos evidenciados quando observamos as tensões e dificuldades de enquadramentos de tais patrimônios mistos, o que contribui para o estabelecimento de problematizações que traduzem a genealógica relação entre natureza e cultura. Ao conceber o rio como um monumento natural e um patrimônio cultural, abrimos caminho para inseri-lo em outra margem, em uma margem para além das aparências, tentando alcançar o indizível. Conforme

destacou Walnice Galvão, a terceira margem é aquela que não é, já que o autor, ao inserir no rio, constituído por duas margens que se remetem reciprocamente, uma terceira margem, desbanaliza o lugar comum das margens da vida e da morte, acenando para uma dimensão desconhecida: “o simples deslocamento do numeral cardinal para o ordinal retira o chão de debaixo dos pés. Um rio tem duas margens de igual estatuto, não uma primeira margem e uma segunda margem. Se há duas margens, não uma primeira e uma segunda, como pode haver uma terceira?” (2008, p. 43).

A imagem nos tira da terra firme e encaminha-nos para o mistério e para o fascínio das águas. Do mesmo modo o enredo do conto, quando a solidão do homem isolado entre as margens se tornou um convite e a possibilidade única para o autoconhecimento. Compreender as relações com o rio e as sociabilidades promovidas em suas adjacências consiste em meio de instaurar uma espécie de arqueologia de sua história, das interações e afetividades por ele acionadas. Uma segunda leitura do enredo aponta para a imagem do homem na canoa, quase nu, e as mudanças que o tempo proporcionava em seu corpo e nas reflexões sobre sua experiência. Imagem que consideramos oportuna ao visualizarmos como o tempo e o espaço conformaram, a partir do rio, o modo de vida dos habitantes ribeirinhos. Mais especificamente, no caso das cidades oriundas do período colonial, concebendo como o rio consiste em produtor de memórias e agregador de identidades. É por isso que optamos em conceber a categoria “patrimônio” a partir das interações entre a comunidade local e seus rios, já que consiste em percebê-la em sua faceta metafísica. Nesse aspecto, observamos como os elementos naturais e paisagísticos são internalizados, concorrendo para o estabelecimento de uma simbiose entre os agentes, a cidade e as águas.

Esse pensamento dialoga com o eixo analítico de Gaston Bachelard (1998) quando destacou o quanto a água favorece o jogo com as imagens,

permite combinações, impulsionando, por sua vez, a ideia de combinação. Assim, a água seria o elemento favorável para ilustrar toda uma combinação de poderes: assimila múltiplas substâncias, congrega matérias contrárias, impregna de cores, cheiros e sabores e aciona a imaginação dos poetas.

Na verdade, acreditamos que uma das formas de problematizar combinações e decombinações consiste em dilatar a noção de “monumento” concebendo o rio-monumento como um patrimônio material, natural e cultural, e, ao mesmo tempo, potencializador de patrimônios intangíveis. Nesses termos, visualizamos o monumento conforme o entendimento de Márcia Sant’Anna (2003), como forma de mobilização da memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, operação que contribui para vibrar um passado selecionado e para a preservação da identidade de uma comunidade. Isso se torna evidente no caso de bens que possibilitam visualizar a estreita relação entre patrimônio cultural, enquanto identidade cultural, memória social e a paisagem.

No caso dos rios, muitos são os autores que têm destacado sua importância sob esse viés analítico, podendo considerá-los, com as devidas ressalvas, como uma figura epistemológica. Talvez renunciando que o rio não é apenas água, mas lugar/suporte onde homens e mulheres tecem suas histórias de vida e a heterobiografia de sua comunidade:

As cidades e os rios não são apenas um lócus da ação social, mas objetos de reflexão, de diferentes representações. Foram/são objetos a revelar saberes específicos, tais como, saberes políticos, terapêuticos, literários, poéticos, ecológicos, ambientais e históricos. As cidades e os rios são ainda, objetos de produção de imagens – fotográficas, pictóricas, gráficas a interligarem ou não sentidos sobre o urbano. Essas preocupações também comportam as questões de ordem socioambientais e patrimoniais (BRASIL; GANDARA, 2010, p. 9).

Questões analíticas que podem ser exemplificadas nos estudos de Gercinair Gandara (2010), quando analisou a paisagem do rio Parnaíba a partir

das experiências e aspirações dos agentes, no tempo e no espaço, compreendendo o espaço-rio como um campo de representações simbólicas (um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido). A pesquisadora optou pela utilização da categoria “paisagem” por congregar a representação da forma física, de uma realidade cultural e a forma como essa realidade é apreendida, representando, em suma, maneiras de ver e de impor significados, sedimentos e base da herança cultural de uma comunidade, de uma região. Fatos que ganham centralidade no caso das cidades-beira, elemento definidor na história de constituição e no modo de vida dos habitantes de inúmeras cidades brasileiras, denominadas cidades ribeirinhas. Segundo a autora, a categoria “beira” explica como a paisagem “natural” participou ou ausentou-se da configuração da cidade, do desempenho do lugar: “são produtos de um tempo. São os moldes dentro do qual a existência se resfriou e condensou, dando forma duradoura, a momentos que, de outra forma, findariam e não deixariam meios de renovação. Nelas o tempo torna-se visível, mais claramente que o testemunho escrito” (GANDARA, 2010, p. 65).

Se nas cidades-beira os rios (e outros demarcadores) são fundamentais na dinâmica espacial e social, independente de cortarem ou margearem cidades, também adquirem relevância como patrimônios culturais pelas experiências que suscitam/acionam. Nesse sentido, destacamos tais elementos como lugares de memória (NORA, 1993) a exemplo das justificativas que resultaram em 2006 no registro da Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papurí, Amazonas – no livro dos lugares. Livro que registra bens intangíveis, mais detidamente espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, aglutinadores de interações consideradas tradicionais. Tal fato é significativo no sentido de problematizar as rígidas definições entre patrimônios naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, explicitando, a nosso ver, todo o potencial e a complexidade da categoria

“patrimônio” e elevando-a para uma terceira margem. Conceber um rio e, no caso, uma cachoeira como um lugar, patrimônio cultural intangível, consiste em um espaço de confluência, um *intermezzo* que congrega sentidos de pertença:

Lugar de referência fundamental para os povos indígenas que habitam a região banhada pelo rio Uaupés – um tributário do rio Negro – e seu afluente Papuri, reunidos em dez comunidades, multiculturais na maioria, compostas por etnias de filiação lingüística Tukano Oriental, Aruaque e Maku. Várias das pedras, lajes, ilhas e paranás da Cachoeira de Iauaretê simbolizam referências dos episódios de guerras, perseguições, mortes e alianças descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas, assim como nas relações de afinidade que se estabeleceram e vêm permitindo, até hoje, a convivência e o compartilhamento de padrões culturais entre os diversos grupos indígenas que coabitam naquele território. Para estes povos, a Cachoeira de Iauaretê é seu Lugar Sagrado, onde está marcada a história de sua origem e fixação nessa região, desde milênios. É nesse contexto mais amplo que se insere a Cachoeira de Iauaretê, objeto do presente pedido de Registro como Patrimônio Cultural Brasileiro. (...) Para além de sua natureza geográfica – uma cachoeira – constrói-se ali uma paisagem cultural constituída por lugares considerados sagrados pela densidade de sentidos que os mitos lhe conferem (VASQUES, 2006, p. 3-6).

Conforme dispõe o dossiê, um lugar somente pode ser considerado como passível de registro como patrimônio cultural imaterial quando uma população lhe atribui significados culturais vinculados à sua história, à sua mitologia e a sua própria identidade cultural. Ora, se no caso da Cachoeira de Iauaretê seu registro como patrimônio cultural intangível se justificou por sua importância nas tramas simbólicas das comunidades indígenas locais, uma analogia pode ser empreendida no caso do acautelamento do “Encontro das águas do Negro e Solimões”, declarado patrimônio cultural pelo conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2010. Considerado um fenômeno único no mundo, é reconhecido pela significância ambiental e paisagística, por sua importância para a identidade cultural dos amazonenses. Assim, os mais de 10 km de entorno da área do encontro das águas escuras do rio Negro e das águas barrentas do Solimões foram tombados

em razão de seu elevado valor arqueológico, etnográfico e paisagístico, no livro do tombo respectivo. Tal ação contribuiu para questionarmos como é possível tombar um rio, elemento dinâmico, questão que encerra o parecer do arqueólogo Eduardo Góes Neves (2010) que subsidiou o tombamento: “parece-me mais adequado que o tombamento proposto fosse o da ‘área de entorno do encontro das águas’ e não do próprio encontro, dada a natureza dinâmica que tem esse fenômeno hidrológico”. Conclui que, desse modo, o instituto jurídico permitiria o desenvolvimento de mecanismos de proteção física da área do entorno, da vegetação e dos sítios arqueológicos nela presentes.

Se o parecer contribuiu para retificar o objeto a ser tombado, também suscitou casos em que os rios se apresentam enquanto acionadores de experiências de pertencimento e sociabilidade ou, em outras palavras, enquanto um patrimônio *sui generis*. De acordo com o parecer, esse processo revisionista nas políticas patrimoniais foi deflagrado, sobremaneira, pela arqueologia ao demonstrar claras evidências da ocupação das áreas adjacentes aos rios desde milênios que nos antecederam. Fator que trouxe uma importante contribuição conceitual: “ela nos mostra, a partir das evidências empíricas, que a noção de natureza virgem ou intocada é incompleta. Em outras palavras, é cada vez mais claro que o estudo da história natural dos biomas amazônicos requer também o estudo de sua história cultural” (NEVES, 2010, p. 4). Nesses termos, advoga a importância de se efetuar uma “história cultural de biomas” que, por sua vez, consiste em referir-se ao conceito de “paisagem” concebido como o meio físico transformado continuamente pela ação do homem, culturalmente mediada ao longo do tempo (importância simbólica e concreta).

Nesse sentido, nos interessa sublinhar que um rio também é “composto” das lembranças e esquecimentos acionados nos diversos pontos de sua trajetória que, por sua vez, se articulam com a trajetória dos agentes que

nele e com ele convivem. Segundo Joycelaine Oliveira, ele é vivenciado a partir da experiência íntima de cada agente, no trabalho, na arte, na atitude contemplativa de olhar para suas águas, na diversão da brincadeira do banho, no mergulho, enfim, em atividades que constroem, processualmente, a “alma do rio”. Por sua vez, destaca que esse processo, ao mesmo tempo, constrói a “alma do povo”: “como um centro de significâncias, um lugar de expressiva intimidade, bordado, simbolicamente, por fios de afinidades e sentimentos impregnados de vivências do passado e do presente, possuindo uma força efetiva de expressão simbólica” (2009, p. 44). O reconhecimento do rio como um espaço do simbólico transcenderia o enquadramento de um acidente geográfico da natureza, apontando para sua capacidade de suscitar vínculos afetivos e ideacionais:

Existe toda uma relação de trocas de sobrevivência, entre as várias pessoas e o rio, na maneira de senti-lo e vivenciá-lo: numa geografia da percepção das águas. O que significa, por exemplo, o rio da lavadeira, que quer beira com água limpa e pedra? O do pescador, que prefere as corredeiras? O do poeta e do cantor, que buscam, nas suas águas, inspiração para escrever seus poemas e compor suas músicas? O rio que vive na memória do povo? E, assim, o rio e os diversos lugares do rio são diversamente representados na vida de seu povo (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

Diante dessas reflexões é possível perceber a importância de conceber os rios como patrimônios culturais e naturais a partir do seu potencial mobilizador da memória e da identidade das populações ribeirinhas. Para tanto, nosso enfoque recairá nas diferentes práticas e nos sentidos que emergem das experiências no, com e suscitadas pelo rio Vermelho, que divide a Cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás e reconhecida como patrimônio mundial pela Unesco em 2001. Nesses termos, é inegável a importância do rio na configuração do *habitus* dos moradores e dos nativos no município, os vilaboenses. Para esse intuito utilizaremos a noção de *habitus* conforme o referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu (1996a; 1996b) concebido

como saber incorporado, memória impregnada no corpo do agente no processo de socialização, ou seja, uma capacidade criadora, e não meramente reprodutora. Consiste em uma pulsão, em um saber incorporado “gerador e unificador que reduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996b, p. 2).

Tais considerações se baseiam nos impactos que a presença do rio estabeleceu no modo de vida dos agentes ao longo do tempo e na necessidade de compreender como o rio consistiu em um importante patrimônio cultural das gentes dos Goyazes. Questão evidente quando identificamos os argumentos centrais do dossiê que subsidiou a inscrição da cidade de Goiás como patrimônio mundial: o traçado orgânico adaptado às condições topográficas do sítio e à fundamental presença do rio Vermelho; as soluções construtivas adaptadas às condições ambientais na configuração de sua arquitetura vernacular; a relação entre a cidade e o ambiente, um território natural de significativa beleza que consiste em um exemplar típico da paisagem do Brasil central e o patrimônio intangível decorrente dessas interações. Desse modo, é incontestável a importância do rio na trama configuracional do *modus vivendi* dos habitantes do lugar. Acompanhemos o (per) curso dessas águas.

Águas vermelhas: topografia sentimental de um rio-patrimônio

Sublinhar o rio Vermelho como um dos elementos conformadores do *habitus* dos vilaboenses consiste em considerá-lo crucial na construção de memórias e no estabelecimento das sociabilidades dos habitantes da cidade de Goiás. Sua marcante presença extrapola as circunscrições locais, tornando-se metáfora e metonímia de todo o Estado, assim como o rio Araguaia e a serra Dourada. Não sem motivos, integra o brasão e o hino do Estado de Goiás, inspira poemas e músicas, a exemplo dos afamados versos de Cora Coralina e

das composições de Manoel Amorim Félix de Souza, além de se tornar o motivo que sustenta o principal mito fundador de Goiás, evocador da saga bandeirante. O rio consiste em um dos elementos que traduziria a “goianidade”, a identidade cultural do povo goiano: “A ‘goianidade’ abrange uma época em que se procura mesclar o ‘velho’ e o ‘novo’, fundir o ‘antigo’ e o ‘moderno’, envolver o rural e o urbano e confluir o ‘atraso’ e o ‘progresso’ pelos caminhos da história” (CHAUL, 2011, p. 42). O rio é testemunha que condensa esses diversos momentos da história goiana e, provavelmente, sem ele, a cidade de Goiás não existiria ou existiria de uma forma muito diversa da que foi instituída aos longos dos séculos.

A partir da concepção do rio Vermelho como um rio-patrimônio, dialogamos com a definição de memória topográfica de Willi Bolle (2000) formulada quando identificou na obra de Walter Benjamin afinidades entre as estruturas da cidade e dos indivíduos que nela vivem. Em suas interpretações, história, biografia e mitologia seriam fios de um mesmo tecido, a memória. A memória topográfica não reconstituiria os espaços pelos espaços, eles se tornariam pontos de referência para captar experiências sociais e espirituais. Pretendemos, desse modo, instituir uma topografia sentimental do rio de águas vermelhas no intuito de reconstruir algumas das experiências tecidas historicamente a partir de suas margens.

Nascendo a 17 km da cidade de Goiás, o rio Vermelho corta seu centro urbano e divide a cidade em duas partes. Inicialmente denominado das Cambaúbas, pela quantidade dessas árvores que margeiam seu leito, se tornou Vermelho devido à turbidez de suas águas em épocas de cheia. A história do antigo Arraial de Sant’Ana, da villa Boa de Goyaz e da atual cidade de Goiás foi consolidada graças à presença do rio, cujas minas de ouro propiciaram a exploração e fixação dos primeiros povoamentos em uma região a Oeste da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, ainda no século XVIII. É o rio

uma das bases do mito fundador de Goiás, espaço de saber/poder que teria estimulado o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva a atear fogo em um prato com aguardente ameaçando os índios goyazes. Ele “queimaria” o rio caso não indicassem os locais mais abundantes de ouro, daí a alcunha Anhanguera, Diabo Velho.

Segundo o historiador Paulo Bertran (2002), o Anhanguera teve dentro da cidade de Goiás datas minerais preferenciais e, em termos de lógica de mineração, os primeiros alinhamentos de ranchos e das ruas embrionárias deitavam sobre o rio Vermelho. É a partir do rio que o traçado urbano se estabeleceu, que foram edificadas as primeiras habitações e as construções oficiais. Pensamento convergente com o de Gustavo Coelho (2001) quando analisou a conformação dos núcleos do período colonial, destacando que a configuração irregular que tão bem os caracteriza se estabeleceu em virtude do terreno acidentado e da ocupação das duas margens de um curso d'água que corre, na maioria dos casos, em um pequeno vale. Apresenta que, diversamente das regiões litorâneas, a ocupação do estabelecimento minerador teve início na parte mais baixa, subindo de modo periférico pela encosta dos vales. Estudando a evolução urbana de Goiás, observamos que além de elemento orientador da conformação física, o rio também se tornou demarcador cultural e social a partir da separação da cidade em dois distritos, Carmo e Santana.

De acordo com as pesquisas da arqueóloga Gislaine Tedesco (2009) realizadas no centro histórico de Goiás entre 2000 e 2002, os aproximadamente 130.000 fragmentos coletados entre objetos em cerâmica, vidro, louça, metal e osso, provenientes dos séculos XVIII e XIX, consistem em valiosas fontes informativas sobre as práticas sociais da população por disponibilizar informações sobre os diferentes segmentos sociais e, especialmente, dar voz à população negra escrava ou forra. Em suas análises, demonstra como foram

instituídas fronteiras espaciais e simbólicas e de que modo o rio Vermelho tornou-se baliza:

Os quintais escavados estão numa área denominada pelos moradores da cidade de ‘lado de lá do rio’ ou ‘lado de cá do rio’, dependendo, evidentemente, de qual grupo se refere a eles. Esta denominação nos chamou a atenção e passamos a perceber através das falas dos moradores o quanto a cidade de Goiás, hoje, está dividida em lado ‘de lá do rio’ e lado ‘de cá do rio’ ou ‘lado da Igreja Matriz’ e ‘lado da Igreja do Rosário’, entre outras expressões, onde o Rio Vermelho representa a fronteira entre essas duas ‘metades’. À medida que as escavações arqueológicas avançaram, observamos que as diferentes áreas escavadas apresentavam especificidades na cultura material que evidenciam fronteiras espaciais, fruto, provavelmente, das fronteiras sócio-culturais e econômicas elaboradas desde o surgimento do Arraial até a sua consolidação na condição de Vila. Assim, se do lado ‘de cá do rio’ ou ‘lado da Matriz’ predominam objetos que traduzem o modo de vida de pessoas mais abastadas, preocupadas com as normas e regras de etiqueta ligadas a Corte e com condições de adquirirem objetos em louça importada, do lado ‘de lá do rio’ ou do lado ‘da Igreja do Rosário’, predominam os objetos feitos em cerâmica com fortes elementos africanos em sua decoração (TEDESCO, 2009, p. 3-4).

O rio se tornou uma fronteira espacial e simbólica no núcleo urbano de Goiás, conforme evidenciado nas pesquisas arqueológicas e nos estudos relativos à instituição de irmandades religiosas divididas por cor, profissão e classe social. Fronteiras que se estendiam às relações no/com o rio, seja nas divisões dos poços para banhos (poço dos homens, das mulheres e crianças), seja nas partes destinadas aos piqueniques, ao descanso ou às atividades das lavadeiras e carregadeiras de água. Embora ao longo dos anos essas demarcações fossem diluídas, é importante reconhecermos que elas não eram rígidas e que a própria configuração do núcleo a partir de diferentes pontes (da Cambaúba, da Lapa, do Carmo, do Mercado, Pinguelona) contribuiu, de certo modo, para subverter ou minorar essas divisões. Todavia, o rio continuou sendo baliza a impactar as sociabilidades ao ponto de nos discursos dos moradores ainda hoje eclodirem dois espaços bem demarcados:

Perguntei para muitos vilaboenses tradicionais qual a diferença entre os dois lados do rio. A maioria me respondeu convictamente que o lado do Rosário é mais frio e o lado de Sant'Ana é mais quente. Alguns poucos vilaboenses atestam que a diferença extrapola as características climáticas. (...) Ressalte-se que o lado considerado frio é aquele no qual estão localizados o hospital, o cemitério, a igreja e as irmandades dos negros e o antigo campo da força. O lado considerado quente abriga o Palácio, a Catedral, a antiga Casa de Fundação do Ouro, a antiga Casa da Real Fazenda, o Quartel do Vinte, o Chafariz de Cauda, a Cruz do Anhanguera, a Prefeitura Municipal. Há famílias que estão mais fixadas em um dos lados do rio. Com as alianças de casamento, os nubentes em geral se localizam do lado da casa da mãe da moça. (...) Lado de lá e lado de cá são dois 'pedaços' da cidade tradicional, marcados espacialmente por alguns pontos de referência. São ambas as categorias usadas por todos, pois estão sujeitas à posição espacial do sujeito social no momento da fala. Separam-nas o Rio Vermelho. Mas creio que internamente cada 'pedaço' – lado do Rosário e lado de Sant'Ana – se subdividem em outros 'pedaços' (TAMASO, 2007, p. 493-498).

O rio Vermelho se torna baliza e, para os vilaboenses, constitui em um valor cultural que é passado de geração em geração, tornando-se um tríplice lugar de memória: material, simbólico e funcional. Exemplar nesse sentido são as lendas e histórias em torno de sua existência. Se o prato com aguardente que simbolizou suas águas sustentou o mito fundador bandeirante, a lenda da carioca consiste em outro mito que justifica e regula o pensamento sobre as origens indígenas a partir do amor proibido entre uma índia e um bandeirante. Como solução para o impasse, o cacique dos Goyazes teria transformado os personagens nos morros (dom Francisco e Cantagalo) e na fonte de água, margeando o rio. As diferentes variações da lenda da carioca atestam a simbiose entre os habitantes de Goiás e seu espaço natural, em especial o rio Vermelho, uma relação umbilical ao ponto de transformarem os agentes nos próprios elementos naturais. Questão que remete ao pensamento de Carlo Severi quando informa ser o exercício do pensamento antropomórfico capaz de cristalizar e produzir crenças duradouras. No caso em análise, surgiria um espaço ritualístico em que os morros e as águas são “naturalmente tidos como representação de seres (espíritos, divindades, ancestrais) construídos à imagem de locutores humanos” (20009, p. 460).

Também são diversas as memórias relacionadas ao rio em seus períodos de cheias. As enchentes, episódios que marcam a trajetória do pequeno riacho ao ponto de transformá-lo em um caudaloso rio, são um desses elementos que orientam as sociabilidades e a cultura da cidade. Ao longo dos anos, a população internalizou as alterações do rio, como uma espécie de vocabulário de motivos: águas barrentas como sinal de chuva na cabeceira; troncos e detritos como sinal de cheia; o deslizar de águas nas pontes como um prenúncio de transbordamento, enfim, modificações no volume, na cor e no som como uma gramática. Também se criou o hábito de sair para assistir o “espetáculo” do rio: “De Goiás, me escreveram duas cartas contando que o rio Vermelho, na semana passada, embrabecera e pegara uma enchente. Dizem que foi uma beleza! Fiquei com água na boca da alma de vontade de ter assistido ao espetáculo” (GUIMARÃES, 2000, p. 67). Cheias às vezes inofensivas, outras com graves consequências ao ponto de destruir o patrimônio edificado e bens móveis ou, até mesmo, ocasionar mortes, interferindo na rotina da população.

Fotografia 1 - Enchente do rio Vermelho, década de 1940



Autor: desconhecido.

De acordo com Paulo Bertran (1996), a primeira enchente registrada data de 1782 quando, após três anos de intensas chuvas, os rios da região transbordaram provocando cheias que arrancaram as três pontes que ligavam os dois bairros de vila Boa. Posteriormente, os registros comprovam outra enchente em 1839, ocorrida entre as 8 e 9 h do dia 19 de fevereiro. Dessa cheia, muitas são as citações e cristalizou-se na memória coletiva a destruição da igreja da Lapa: “De repente desapareceram as pontes e interromperam-se as comunicações entre os habitantes d’aquém e d’além Rio. (...) A capela de Nossa Senhora da Lapa, solidamente edificada, tendo sua torre e paredes de pedra e cal, não pôde conservar-se” (BERTRAN, 1996, In: O GOYAZ, 2002, p. 5). A destruição da igreja e as histórias a ela relacionadas até hoje se fazem presentes no imaginário dos vilaboenses, transmitidas de geração em geração, como podemos observar na narrativa da escritora Cora Coralina:

Minha bisavó conheceu e contava da igreja. Raça de Bueno, bandeirante, nasceu antes da Independência. Contava quando veio a enchente – 19 de fevereiro de 1839. Ela era de 18 anos e assistiu. Coisa desastrosa da gente ouvir, contar e chorar de pena. Chorar mesmo, que o povo antigo, minha gente, tinha fôlego de cronistas e sabia pintar bem os passados. A igreja rodou. O sineiro estava na torre tocando, tocando... Dando aviso do perigo, pedindo rezas. O povo de longe gritava, fazia sinais que descesse e ele nada de ouvir, só queria tocar. Já tinham tirado as alfaías e as imagens. O homem do sino não deu fé do perigo e lá se foi a igreja arrancada, torre e sineiro rodaram rio abaixo, o sino cada vez tocando mais. Afinal, a igreja se abriu de todo, no lugar da Pinguelona, onde o sino ficou encalhado e o sineiro se achou depois cheio d’água, agarrado ao badalo. Gente que mora ali perto conta que terça à noite, ainda se ouve o sino tocar, isso quando a cidade se aquieta e as águas ficam dormindo. E a alma do sineiro nunca se afastou do lugar (CORALINA, 2002, p. 41-42).

O relato de Cora Coralina resume a memória ainda latente dessa grande enchente no século XIX e se aproxima da maioria das narrativas locais relativas a essa e a outras cheias mais recentes, as conhecidas enchentes de São José, entrelaçando uma série de histórias aos referidos episódios. Prática

comum ao imaginário relacionado às águas como podemos observar nas análises de Gaston Bachelard: “como explicar de outro modo que não pela poesia dos sons das águas tantos sinos tragados, tantos campanários submersos que ainda soam, tantas harpas de ouro que dão gravidade a vozes cristalinas?” (1998, p. 197).

Mas nem só das lembranças das águas bravias vivem os vilaboenses. Na documentação da câmara municipal e nos relatórios de governadores, de fins do século XIX e início do XX, é possível identificar os esforços mobilizados na reconstrução das pontes de aroeira, na limpeza das margens, na abertura de regos junto ao cais e na destruição de pedreiras. Serviços esses realizados pelos presos, conforme atesta a relação nominal expedida pela Intendência. Constantes também são as referências aos cais, construídos a partir de 1868, que modificaram consideravelmente o curso do rio cujas águas então banhavam as imediações dos prédios contíguos. Outras memórias remetem às práticas de banhos e piqueniques. A falta de água encanada nas casas e o contato com a natureza contribuíam para que homens, mulheres e crianças encaminhassem para alguns poços nos arredores da cidade com águas consideradas mais calmas (do Bispo, São Benedito, da Beleza, da Mandobeira, da Pedra Branca, da Pinguelona):

Pelas manhãs os homens, toalha ao ombro, rumavam para algum dos rios circunvizinhos a fim de tomar seu banho e nadar um pouco. Muitos, nessa ocasião, aproveitavam para fazer ginástica. Dessa forma ficavam livres da incômoda bacia, exercitavam as pernas na caminhada e aspiravam o ar fresco e salutar das primeiras horas do dia. Geralmente iam juntos dois ou três amigos ou vizinhos. Conforme a parte da cidade em que residiam freqüentavam um ou outro rio. Os mais procurados eram o Bacalhau e o Rio Vermelho. No Rio Vermelho o poço denominado Pinguelona tinha maior número de banhistas, principalmente dos que trabalhavam no Mercado. Os outros poços eram: Carioca, Bispo, da Ponte do Padre Pio (Cambaúba) e da Mandobeira, no fundo da rua Moretti Foggia. Para esses banhos tinham *toilette* especial: a roupa com que vieram ao mundo... (MONTEIRO, 1974, p. 87).

Muitas vezes os banhos suscitavam problemas relacionados à falta de “moralidade pública”. Documentos da Secretaria da Intendência datados do início do século XX solicitam ao comandante do Batalhão 20 a proibição dos mesmos com o intuito de coibir abusos em pleno dia em alguns poços do rio Vermelho “freqüentados por famílias quando em passeio”, trecho que compreenderia do poço denominado Moinho até o Matadouro. Alguns ofícios ao coronel Braz Abrantes destacam que muitos soldados do batalhão sob seu comando também banhavam sem trajes adequados nos referidos trechos durante o dia. Uma alternativa sugerida para esse impasse pode ser evidenciada em um ofício encaminhado ao presidente e membros do Conselho Municipal da então capital, datado de 1º de novembro de 1911, solicitando que fosse construída uma muralha “a partir do lado esquerdo da entrada que passa pela Carioca, do ponto em que ficasse vedado a vista do público para o lado do Poço até o alto da pedra encachoeirada do mesmo”, medida a ser empreendida para evitar “a presença de cenas ofensivas ao pudor público”. Documentos que denotam que determinados trechos do rio deveriam ser mais bem fiscalizados: as áreas centrais (locais de residências, órgãos públicos e igrejas) e poços comumente utilizados para o banho de mulheres e crianças.

Fotografia 2: Passeio no rio Vermelho, 1915



Autor: Joaquim Craveiro.

O rio também esteve associado ao trabalho das lavadeiras, mulheres cuja simbiose com a paisagem da cidade contribuiu para que figurassem como uma das principais personagens da obra de Cora Coralina. A mulher que sobrevivia e sustentava sua família com os recursos da lavagem de roupas às margens do rio Vermelho se torna símbolo de todas as mulheres estampadas na lírica coralíniana. Em sua obra, estão sempre vinculadas a um trabalho e, geralmente, são mulheres pobres. A lavadeira se torna, ao mesmo tempo, uma personagem marginal que se coloca na margem do rio para exercer seu ofício. Cora se inspirou no ofício das mulheres que diariamente carregavam pesadas trouxas em suas cabeças e lavavam a roupa suja da cidade, instituindo em sua *ars poetica* uma similar operação. As lavadeiras carregavam nas trouxas uma memória que a cidade desejava manipular, higienizar, e Cora Coralina se utilizou dessa operação para decantar esse outro lado da história, dar nome às anônimas e reescrever as microscópicas relações, repassando a limpo a história oficial a partir de outras espacialidades.

O rio se tornou em lugar privilegiado para o ofício das lavadeiras. Com ele não apenas garantiam o sustento de sua família, mas instituíam uma vivência peculiar cujo patrimônio era repassado entre suas colegas e familiares, modos de fazer, crenças, cantigas. De acordo com Divina Paiva Silveira (1991), a profissão de lavadeira consiste em uma das primeiras a serem realizadas por mulheres de forma coletiva desde a colonização de Goiás, atividade que emerge aspectos sociais, psicológicos e culturais que influenciam no comportamento, na linguagem e nas formas de vida dessas profissionais do rio. Tendo como objeto a análise do discurso das lavadeiras de rio da cidade de Goiás, suas pesquisas revelam credences, usos, costumes e diversas dificuldades enfrentadas. Conforme relata, nos períodos de seca - o rio Vermelho ficava todo tomado pelas lavadeiras; nos chuvosos - os locais mais procurados por elas eram nas margens próximas à fonte da Carioca e do Mosteiro dos Beneditinos. Também

demonstra que muitas delas eram filhas e sobrinhas de lavadeiras e, desse modo, o aprendizado do ofício se deu entre gerações diferentes, saber tradicional apreendido conjuntamente com outros saberes relacionados ao rio:

A ocupação, entretanto, não se restringia às tarefas de ensaboar, esfregar, ferver, bater, alvejar, quorar, engomar, secar as peças. Mergulhadas no universo das indústrias práticas, as lavadeiras possuíam o domínio de conhecimentos tradicionais necessários para o desenvolvimento da sua atividade. Muitas delas conheciam as propriedades saponáceas de vegetais, as químicas de clareamento de manchas e fixação de cores e técnicas de engomar. Usavam o São Caetano, trepadeira que se encarcava nos monturos e cercas de terrenos baldios, a folha de aloés, a folha da árvore chamada limbubá ou a folha de pariparoba, com poderes de limpeza e branqueamento da roupa. Lidavam com a complexa produção de sabão de cinza, sebo e potassa; faziam uso de bosta de vaca e suco de limão para fixação das cores dos tecidos estampados. Operavam com as lixírias ou barreiras que branqueavam as roupas imersas em água fervente com cinza. Sabiam os vários graus de consistência da goma feita de amido cru ou cozido, com o tipo de roupa a ser engomada. E as mais zelosas do seu ofício não deixavam de perfumar as roupas com flores e ervas odoríferas (LIMA, 2010, p. 12).

Atividade também repleta de enfrentamentos em virtude das doenças decorrentes do contato com a água e com os produtos, do peso das trouxas; da condição de mulher pobre e arrimo de família; dos perigos provenientes das cheias, das pedreiras e das boiadas; ou, inclusive, de proibições como as sugeridas em 11 de setembro de 1914 pelo Inspetor de Higiene da Intendência Municipal: “Livre-se edital proibindo a lavagem de roupas nas águas do Rio Vermelho a partir do açude do rego da servidão do Matadouro Público para cima”, em virtude de diversas reclamações sobre o “mau estado das águas do Rio Vermelho consideravelmente diminuídas e não se prestando aos usos domésticos em consequência da lavagem de roupas neste único manancial destinado à servidão pública”. Embora aos poucos fossem “eliminadas” da paisagem central da cidade, esse deslocamento não as impediu de continuar em sua íntima relação com as águas conforme atestam diversas fotografias de

Joaquim Craveiro, Cândido Penso e Alois Feichtenberger, e os poemas de Cora Coralina, Bernardo Elis e Regina Lacerda.

Fotografia 3: Lavadeiras no rio Vermelho, 1911



Autor: Joaquim Craveiro.

Não é por acaso que se tornou, desde o início do século XX, em temática prioritária de diferentes manifestações artísticas goianas. Conforme destacamos, ele se tornou em um dos espaços mnemônicos eleitos por Cora Coralina em sua lírica, não apenas como cenário, mas como personagem de muitas de suas crônicas e poemas. Neles, o rio aparece como marcador identitário: “longe do Rio Vermelho (...) não sou nada” (CORALINA, 2001a, p. 79); assume características humanas: “Rio Vermelho, meu avozinho, dá sua bença pra mim” (p. 83); e se torna em fundamento de sua poesia: “líquido amniótico, onde cresceu da minha poesia o feto” (2001b, p. 49).

A poetisa internalizou a presença do rio, compreendendo seu mosaico polifônico, ao ponto de impregnar seu pseudônimo deste elemento coralino, vermelho. De acordo com Tilza Ribeiro, o rio Vermelho e suas

pedras, na obra coraliniana, podem ser comparados à passagem do tempo e à permanência da memória: “o rio, assim como o tempo, precisa se desviar quando se depara com a resistência das pedras, as desgasta cada vez que se reparte ao encontrá-las, mas não as destrói” (2006, p. 156). Acena, desse modo, para a aliança entre a liquidez do tempo e a resistência das pedras. Operação empreendida não apenas na poética de Cora, mas na de Bernardo Élis (*Primeira Chuva*), José Décio Filho (*Poemas e elegias*) e José Godoy Garcia (*Rio do sono*), considerados precursores do modernismo na poesia goiana e em diversos outros autores que beberam na fonte dessa tradição: Octo Marques, Regina Lacerda, A. G. Ramos Jubé, José Mendonça Teles e Gilberto Mendonça Teles. E que extrapolou para as artes plásticas nas obras de Goiandira do Couto, Octo Marques e Regina Lacerda, artistas que elegeram a cidade de Goiás e o rio Vermelho como principal temática, impregnando suas margens com cavaletes, tintas e telas.

Fotografia 4 - Goiandira do Couto e Regina Lacerda pintando às margens do rio Vermelho, 1940



Autor: desconhecido.

Considerações finais

O rio Vermelho evocou e evoca um mosaico polifônico e sinestésico, tornando-se referência umbilical que ao mesmo tempo divide e une a cidade de Goiás. Ao longo dos anos, os sons de seu murmurar lento ou avassalador, seu atravessar tortuoso pela urbe colonial refletindo pontes e a lua cheia, tornou-se estímulo para a composição e cenário para o talento musical. Os seresteiros cantavam modinhas, acompanhadas por violão, flauta e bandolim; letras que decantavam a cidade e embalavam namorados: “Chega a parecer que até o rio possui alma romântica, pois, rolando entre pedras e lajedos, cascadeando sob as pontes, entoa seculares e sempre renovadas cantigas cristalinas e nervosas, fazendo a sua serenata. Encanto de olhos notívagos e inspirador de confidências” (COUTO, 1958, p. 26). Nesse sentido, o rio se torna elemento indissociável da paisagem sonora vilaboense, atuando como um baixo contínuo na polifonia da cidade. Paisagem amplificada pela acústica decorrente da posição geográfica e pelo paredão de casas geminadas que evitam a disseminação de sons, conforme atesta a pesquisadora Ana Guiomar Souza ao perceber que com o rio Vermelho há um mundo que se organiza no imaginário: “pensar sonoramente a cidade de Goiás, é igualmente falar do fluir das águas do Rio Vermelho. (...) Muitos são os depoimentos que falam da intensidade de sua presença no cotidiano vilaboense, transformando-o em marca sonora que expressa a identidade” (2007, p. 259-260).

O rio se torna uma das principais referências na topografia sentimental dos goianos, conformador do *habitus* dos vilabelenses de nascimento e de adoção. Sua presença aflora sensibilidades e marca intensamente os mapas emocionais e cognitivos dos agentes, constituindo em um dos seus maiores legados: patrimônio que sustenta outros patrimônios. Talvez, por essa razão, Cora Coralina elegeu como epígrafe para um de seus poemas sobre o rio Vermelho um verso de José Mendonça Teles que tão bem expressa essa simbiose: “tem um rio dentro de mim”.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade: origens*. Brasília; São Paulo: Ed. Verano e Takano, 2002.
- BERTRAN, Paulo (Org.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás. Brasília: Solo Editores, 1996.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- BRASIL, Vanessa Maria; GANDARA, Gercinair Silvério. Apresentação. In: BRASIL, Vanessa Maria; GANDARA, Gercinair Silvério (Orgs.). *Cidades, rios e patrimônios: memórias e identidades beiradeiras*. Goiânia: Ed. UCG, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, 1994.
- CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. *Ciência e Cultura*, v. 63, n. 3, jul. 2011.
- COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- CORALINA, Cora. *O tesouro da casa velha*. 5. ed. São Paulo: Global, 2002.
- CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e histórias mais*. 20 ed. São Paulo: Global, 2001a.
- CORALINA, Cora. *Meu livro de cordel*. 9 ed. São Paulo: Global, 2001b.
- COUTO, Goiás do. *Memórias e belezas da cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1958.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Mínima mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Eu, rio Parnaíba... Meus contornos, meus percursos, meus caminhos e minhas chegadas. In: BRASIL, Vanessa Maria;

GANDARA, Gercinair Silvério (Orgs.). *Cidades, rios e patrimônios: memórias e identidades beiradeiras*. Goiânia: Ed. UCG, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GUIMARÃES, Juruena Di. *De binóculo*. Goiânia: Kelps, 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaud*. Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

LIMA, Nei Clara de. Entre trouxas e barreiras. In: PARREIRA, Selma (Org.). *Lençóis esquecidos no Rio Vermelho*. Goiânia, 2010.

LIMA, Roberto Cunha Alves de. *Um rio são muitos*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências (Goiás d'antanho): 1907-1911*. Goiânia: Oriente, 1974.

NEVES, Eduardo Góes. Processo de tombamento nº 1599-T-10 referente ao tombamento da área de entorno do Encontro das Águas. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. *Ciclos de águas e vidas: o caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco*. Uberlândia, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006.

RIBEIRO, Tilza Antunes. Memória e lirismo das pedras e perdas em Cora Coralina. In: DENÓFRIO, Darcy; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. *Cora Coralina*: celebração da volta. Goiânia: Cânone Editorial, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SEVERI, Carlo. A palavra emprestada ou como falam as imagens. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 2, 2009.

SILVEIRA, Divina Paiva. *Análise do discurso das lavadeiras de rio da Cidade de Goiás*. Goiania, 1991. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, 1991.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

SOUZA, Ana Guiomar Rego. *Paixões em cena*: a semana santa na Cidade de Goiás (Século XIX). Brasília, 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2007.

TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio*: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, 2007.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, maio. 2009.

VASQUES, Cláudia Marina. *Parecer nº 002/2006 referente à solicitação de Registro do bem cultural Cachoeira de Ianaretê* – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri como Patrimônio Cultural Brasileiro. Brasília, 5 maio. 2006.